

FALANDO COM ES PARCES

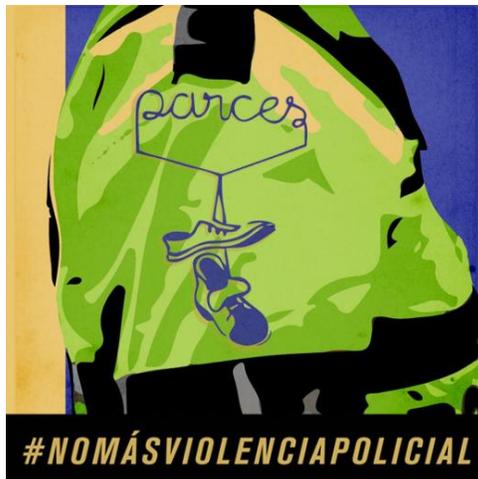
Em 20 de janeiro de 2016, a polícia metropolitana de Bogotá chegou à Plaza de la Mariposa, no bairro de San Victorino, e deteve, de forma violenta e injusta, 15 trabalhadoras sexuais. A partir daí, a **ONG PARCES** decidiu intervir com estratégias de advocacy e ações legais, e conseguiu, com o apoio do **FAU-AL**, que esse caso chegasse ao mais alto órgão judicial do país. Conheça essa história aqui, na voz de Nora Picasso, diretora do comitê jurídico dessa organização.

FAU-AL: O que aconteceu naquele dia na Mariposa?

NORA PICASSO: Naquele dia, caminhões da polícia chegaram à Plaza de la Mariposa e prenderam várias profissionais do sexo para levá-las à UPJ (Unidade Permanente de Justiça). Enquanto elas entravam no caminhão, eles as espancaram: arrancaram e rasgaram suas bolsas, e também tiraram os cadarços dos tênis, e bateram nelas.

FAU-AL: Como a PARCES ficou sabendo do caso e como chegou a apoiá-lo?

NP: Naquele dia, elas nos avisaram do ocorrido e um advogado do comitê legal foi diretamente para a UPJ. Lá ele perguntou à polícia as razões da prisão e eles responderam "em vez de defenderem essas h*%s, vocês deveriam educá-las". Diante da constante violência policial cometida contra não apenas as mulheres detidas, mas também a equipe da PARCES, decidimos promover duas tutelas, mas estas apresentaram algumas travas legais; por isso, iniciamos uma estratégia de incidência e mobilização, buscando alternativas legais de proteção dessas mulheres.



FAU-AL: Como foi essa estratégia?

NP: A primeira ação foi fazer um comunicado de imprensa destinado ao público, mas isso despertou uma série de notícias sensacionalistas sobre o caso, gerando uma grande polarização social que poderia afetar a tutela e revitimizar essas mulheres. Foi assim que decidimos ativar nossa rede de amigues e procurar vários lugares de apoio legal e psicológico para elas. Por meio do Fundo de Ação Urgente, pudemos contar com apoio econômico para contratar profissionais 100% dedicados ao processo e, portanto, ter maior cobertura e incidência política.

FAU-AL: Como vocês começaram esse processo legal?

NP: Começamos com as tutelas, mas não foi fácil, pois a Polícia contestou que estava "cumprindo a lei da Recuperação do espaço público", imposta pela nova Prefeitura. Então, nossa segunda ação foi enviar um pedido de revisão, em nome da PARCES, ao Tribunal Constitucional, coletando outros casos e demonstrando que não eram eventos isolados, mas, sim, que respondiam a uma política sistemática de violência policial ditada pelo gabinete do prefeito. Da mesma forma, e devido ao fato de supervisionarmos os direitos humanos das profissionais do sexo, conseguimos que a Ouvidoria colombiana também enviasse um pedido de revisão desse mesmo caso a essa instância da justiça.

FAU-AL: Você poderia nos contar alguns dos seus argumentos legais nesse caso?

NP: O que acontece com elas é injusto: primeiro, o atual código da polícia estabelece que o trabalho sexual não é punível; segundo, o trabalho sexual não está acontecendo na rua, isso é feito em particular; e terceiro, o procedimento estabelecido pelo código da polícia é que a pessoa deve ser levada a um centro de saúde ou a sua casa antes de ser levada à PJU. Ou seja, a Polícia não cumpre com os procedimentos estabelecidos. Além disso, no laboratório de trabalho sexual realizado pela nossa ONG em Bogotá, ficou estabelecido que a violência policial contra as profissionais do sexo é crescente localmente. Esse não é um problema do bairro de San Victorino, mas de toda a cidade!

FAU-AL: Os abusos contra elas continuaram depois do envio da petição?

NP: Sim. Dois meses atrás, elas nos ligaram para nos dizer que estavam sendo incomodadas novamente e que a polícia queria levá-las à UPJ. E, nessa mesma semana, elas nos ligaram novamente para nos dizer que estavam sendo forçadas a assinar um documento dizendo que elas haviam violado o código da polícia e que não voltariam àquela área. Muitas outras receberam ameaças e foram atacadas fisicamente por colaborar na denúncia desses mesmos policiais.



FAU-AL: Enquanto o Tribunal não se pronuncia, que ações foram tomadas para proteger os direitos dessas mulheres?

NP: O processo das tutelas tem sido difícil porque não temos provas contundentes e os depoimentos viram a palavra delas contra a da Polícia... Então, nós apresentamos queixas disciplinares para demonstrar esses atos repressivos contra elas, e essas reclamações chegaram à diretora de Direitos Humanos da Polícia. Além disso, como muitas delas têm medo das ameaças, realizamos oficinas e acompanhamentos para fornecer-lhes ferramentas legais que lhes permitam se empoderar de seus direitos e ter clareza sobre o que o Código Policial permite e o que não permite fazer. Dessa forma, elas conseguiram se defender com argumentos em casos de abuso de poder cometidos pela polícia, e muitas delas se interessaram pelo caso e têm colaborado conosco, obtendo mais provas que permitam gerar várias outras denúncias.

FAU-AL: O que acontecerá depois da resposta do Tribunal?

NP: A ideia é continuar insistindo nesses lugares que parecem pequenos, porque eles podem nos dar uma resposta, mas não a ideal; por isso devemos continuar fazendo mais ações. Por exemplo, enviaremos aos juízes relatores uma apresentação com dados quantitativos que apoiam esse caso e, embora tais dados não possam ser incluídos na tutela, continuaremos enviando notificações e comunicações sobre o que continua acontecendo com as mulheres profissionais do sexo na cidade de Bogotá. Não nos conformaremos com o que o Tribunal disser, continuaremos a trabalhar por uma vida digna para as profissionais do sexo, contra a discriminação, a exclusão, a rejeição, os maus tratos e a violação e negação dos seus direitos!